

Ação 6: Consolidar propostas de prevenção à prática da corrupção fomentando a integridade social e a educação para a cidadania.

Coordenador: CNMP

Coordenador Adjunto: SEGOV/PR

Colaboradores: ADPF, AGU, AJUFE, ANAPE, ATRICON, BB, BNDES, CAIXA, CASA CIVIL RS, CGU, CJF, COAF, CONACI, FEBRABAN, MD, MPF, MPMA, MPPE, MPPI, MPT, RFB, TCU.

Produtos esperados:

- 1) Diretrizes definidas por meio de experiências nacionais e internacionais para a formação de cidadão ético e participativo;
- 2) Banco de boas práticas e iniciativas referentes a esse tema, disponibilizado em plataforma digital acessível a qualquer cidadão;
- 3) Programa de educação cidadã que reúna práticas de educação que tenham tido bons resultados, oferecendo-as aos ambientes com maior pertinência.

MEMÓRIA DA 2ª REUNIÃO

* Obs.: a SEGOV/PR também produziu uma memória de reunião, cujos apontamentos foram aproveitados para a produção desta. De qualquer maneira, o documento da SEGOV/PR também segue como anexo.

1. Informações gerais

- **Data e horário:** 18 de abril de 2017, 14h30.
- **Local:** Sala de Reuniões 210 – DRCI/MJ, Brasília – DF.
- **Pauta:** 1) Redação final do edital e o cronograma de lançamento, divulgação, inscrições e avaliação do concurso/chamamento.
- **Presentes:** AGU, AJUFE, ATRICON (P/VC), BB, BNDES, CAIXA, Câmara dos Deputados, CGDF (Convidada), CGU, CNMP, COAF, FEBRABAN, FORGRAD (Convidada), MPF, OSB (Convidada), SEGOV/PR e TCU.

2. Resumo das discussões

- CNMP – inicia a reunião com uma breve retrospectiva do 1º encontro do grupo. Menciona as perspectivas relacionadas à campanha publicitária, ao chamamento público, ao banco de propostas e outras. Informa que o presente encontro foi planejado para ter a seguinte formatação:
 - Apresentação da minuta do edital (incluindo certificação e selo ENCCLA);
 - Cronograma de execução dos trabalhos;
 - Composição de 3 subgrupos de trabalho no âmbito da Ação.

Minuta do edital de chamamento

- SEGOV/PR – inicia a apresentação da minuta do edital de chamamento, informando que a ideia é não passar à leitura item por item, mas sim explicar conceitualmente cada segmento da proposta. A apresentação (ver slides do arquivo em anexo) cobre o Programa Nacional de Prevenção Primária à Corrupção, incluindo a campanha nacional de prevenção primária à corrupção, a rede colaborativa (Mercado, Estado, Sociedade Civil e Academia, o banco de propostas (Rede de Apoio e Patrocínio), bem como diversos temas relativos ao edital proposto. Durante a apresentação houve esclarecimento de dúvidas do grupo.
- CGU – menciona preocupação com a continuidade do Programa, pois as atividades propostas se estendem para além de 2017, e o grupo de trabalho da Ação 6 só tem mandato para o ano corrente.
- AGU – manifesta preocupação com a rede de apoio e patrocínio. Deve constar uma qualificação dos patrocinadores, a fim de se evitarem problemas no futuro.
- Grupo debateu vários pontos específicos da minuta do edital de chamamento público. Definiu-se que o subgrupo que tratará do assunto irá considerar, no processo de aperfeiçoamento do documento, as questões levantadas na reunião.
- SE/ENCCLA – na esteira da preocupação apresentada pela CGU, manifesta nutrir preocupação com diversos elementos da proposta – mais em termos de formatação do que em termos de conteúdo. A principal delas é com a concessão de certificação, pela ENCCLA (“selo ENCCLA”), a projetos cuja execução só ocorrerá em anos futuros, sem a definição de quem será o responsável pela manutenção ou retirada dessa certificação uma vez que o grupo da Ação 6 não mais exista.
- CNMP e SEGOV/PR – a ideia seria que a Ação viesse a ser renovada anualmente pela Plenária, tendo em vista a relevância dos trabalhos.
- SE/ENCCLA – Acredita que essa posição é algo temerária, pois, de um lado, envolve considerável risco de descontinuidade no Programa proposto (caso a Plenária não renove a Ação), e, de outro, pode tornar a Plenária “refém” de uma proposta de Ação sob o argumento de que, em não aprovada tal proposta, a Plenária seria responsável pelo encerramento do Programa. Ademais, dada a ausência de normatização na ENCCLA, lembra aos presentes que, via de regra, é bastante difícil garantir a colaboração dos participantes das Ações, o que constitui uma vulnerabilidade alarmante quando se fala em submeter uma iniciativa com a dimensão que se propõe (edital de chamamento público, comissão julgadora, certificação, etc.) a gerenciamento pelo próprio grupo de trabalho da Ação. Crê que o grupo deveria estabelecer uma estrutura formal, apartada de uma Ação da ENCCLA, para garantir a responsabilização por esse trabalho, uma vez que a metodologia de trabalho plurianual não se coaduna com a organização da ENCCLA. Essa estrutura formal poderia, inclusive, ser composta pelos mesmos integrantes do grupo, ou por boa parte deles.

- CNMP e SEGOV/PR – repisam a importância, para o País, da prevenção primária à corrupção, e colocam que a ENCCLA não pode se furtar ao tema. Que, se for o caso, a iniciativa poderia ser levada a outro fórum, mas que isso não teria cabimento.
- SE/ENCCLA – Reforça que não se trata de a ENCCLA não lidar com o assunto, mas sim de garantir que se dê sustentabilidade, gestão e resultados adequados a uma iniciativa surgida no âmbito da Estratégia. Estão sendo feitas propostas que sujeitam a ENCCLA a atividades e responsabilidades que ela nunca deteve anteriormente, e que, à parte do problema da plurianualidade na Estratégia, e considerando-se o histórico de seus trabalhos, tendem a gerar problemas, dada a dificuldade em se obter a efetiva participação e contribuição de todos os membros. A informalidade da ENCCLA é benéfica em muitos aspectos, porém é um problema quando se pensa em iniciativas que demandam um comprometimento obrigatório, pois a maioria dos participantes das Ações ali estão voluntariamente, e costumam ter uma ou diversas prioridades mais prementes que suas atividades na ENCCLA.
- CNMP – Concorde com a preocupação em relação à governança da Ação, mas afirma que, apesar de todos os problemas que possam surgir, não vislumbra hoje nenhum outro fórum mais adequado para dar início a esse projeto. O Brasil está devedor de uma estratégia de combate a corrupção primária desde 2005, quando adotou a convenção de Mérida, que menciona expressamente a necessidade do estabelecimento de programas educacionais para a formação de pessoas resistentes a prática de corrupção. O País está em dívida com isso e tem sido cobrado internacionalmente. A ONU inclusive já questionou o que vem sendo feito. Então não temos mais tempo a perder em não ousar. Existe a preocupação com a governança e é por isso que serão organizados os grupos de trabalho na Ação.
- SE/ENCCLA – Coloca mais uma vez que a ENCCLA não se furtaria à temática, mas sim cumpriria seu papel em relação a ela ao estabelecer uma estrutura especial dedicada à manutenção do Programa proposto. Reforça, também, que essa estrutura poderia ser composta pelos mesmos membros do grupo, mas sob um regime com maior institucionalização do que a ENCCLA, que não tem praticamente nenhuma. Lembra que, de qualquer forma, tendo em vista o caráter sui generis da proposta de andamento da Ação, tais questões deverão ser submetidas ao Gabinete de Gestão Integrada da ENCCLA, e que o motivo de ter trazido essa preocupação na reunião foi o fato de que o GGI possivelmente demonstrará reservas em relação à futura manutenção do programa na Estratégia – a ideia seria que o grupo já começasse a pensar em alternativas.
- O grupo continua o debate sobre a sustentabilidade da Ação no âmbito da ENCCLA, com alguns membros compartilhando da preocupação da Secretaria Executiva, e outros acreditando que seria possível manter o Programa sob a gestão da ENCCLA.
- FEBRABAN – discorre brevemente sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e identifica várias similaridades com o que está sendo proposto. Convida o grupo a conhecer essa iniciativa.
- CGU – menciona sentir falta do Ministério da Educação nesse grupo, a fim de que os projetos tenham capilaridade nas escolas de forma organizada. Sugere que se faça o convite.
- SE/ENCCLA – informa que no ano passado, durante os debates prévios sobre a proposta da futura Ação 6 no GGI, foi enviado ofício convidando o MEC para participar das discussões, mas não houve resposta. Por isso, insta os colegas que tenham contatos junto ao MEC que colaborem com essa interlocução. Ainda sobre a governança da proposta, destaca o que

ocorreu quanto à Ação 9/2016, que identificou a necessidade de um trabalho permanente e de maior responsabilização dos membros, e, a partir disso, propôs uma minuta de institucionalização desse trabalho, em estrutura separada da ENCCLA, mas com uma composição muito similar à do grupo de trabalho da Ação.

- SEGOV/PR – concorda com a necessidade de institucionalização para dar perenidade a um programa como o que se propõe.
- CNMP – insiste que a ENCCLA é o melhor foro para a iniciativa, porque um programa como o proposto é grande demais para pertencer a um órgão apenas.
- COAF – reforça o exemplo do ENEF, trazido pela FEBRABAN, e reforça a importância de o grupo analisar tal iniciativa para buscar inspiração.

Criação de subgrupos de trabalho

- SEGOV/PR – propõe a subdivisão do grupo em 3 subgrupos, para tratar respectivamente dos seguintes temas: edital, fundo e campanha.
- OSB – sugere criar um quarto grupo de trabalho para tratar do arranjo de governança.
- SEGOV-PR – Concorda, e discorre sobre a missão de cada um dos grupos de trabalho. Após convidar os presentes a indicarem os grupos em que têm interesse em participar e receber as manifestações, informa que a configuração de cada GT ficou da seguinte forma:
 - GT 1 – Edital: CGDF (coordenador), AGU, AJUFE, CONACI e SEGOV/PR; *
 - GT 2 – Fundo: BB, BCB, CAIXA (coordenador – a confirmar), FEBRABAN, MPF e TCU (a confirmar);
 - GT 3 – Articulação da campanha de prevenção primária da corrupção: SEGOV-PR (coordenador), BB, CAIXA, CÂMARA DOS DEPUTADOS, COAF, CONACI, FEBRABAN e FORGRAD; *
 - GT 4 – Arranjo de governança: CGU (coordenador provisório), AJUFE, CONACI, OSB e DRCI (SE/ENCCLA).

* Obs.: A SE/ENCCLA solicitou inclusão nos subgrupos 1 e 3 posteriormente.

- AGU – alinhando-se às preocupações da SE/ENCCLA, receia que o grupo não consiga entregar todos os produtos estabelecidos pela coordenação.
- SE/ENCCLA – destaca que pode haver forte intercorrência entre as definições do GT4 e as do GT1, pois questões relativas à governança são definidas já no edital.
- SEGOV-PR – Ressalta que o que restar como dúvida no GT1 com relação ao arranjo de governança não deverá fazer parte do edital. Por fim, solicita que cada coordenador de subgrupo agende pelo menos a primeira reunião (não necessariamente presencial) para iniciar as discussões. É importante também que se façam trabalhos prévios, caso necessário.

Participação de empresas privadas nas reuniões da ENCCLA

- SE/ENCCLA – relata que foi solicitado pela coordenação da Ação o convite a uma empresa privada, mais especificamente a Microsoft, para participar das reuniões do grupo. Informa que, como nunca houve participação de uma empresa privada em reuniões da ENCCLA, o tema será levado à deliberação do GGI*, uma vez que a SE/ENCCLA tem apenas o papel de organizar os trabalhos da Estratégia, mas não o de tomar decisões.
- OSB – solicita à SE/ENCCLA que leve também ao GGI a possibilidade de fundações privadas também participarem das reuniões do grupo.

* O tema foi levado ao GGI em reunião realizada no dia 19/04. Aquele Gabinete deliberou pela inadequação da presença de empresas privadas em reuniões da ENCCLA.

Cronograma de execução

- SEGOV-PR – Apresenta e explica o cronograma de execução, explicando os prazos de cada um dos grupos de trabalho.

3. Encaminhamentos

- O coordenador de cada subgrupo deverá marcar a primeira reunião do respectivo subgrupo.
- Componentes que tenham interlocução junto ao Ministério da Educação deverão fazer contato para convidar aquele Ministério a participar do grupo, informando o resultado das tratativas à SE/ENCCLA.

4. Próxima reunião

- Dia 24 de maio de 2017, às 14h00, no DRCI/MJ.
- Pauta: Resultados dos trabalhos dos subgrupos e próximos passos.

Brasília, 20 de abril de 2017.

Secretaria Executiva da ENCCLA
Coordenação-Geral de Articulação Institucional
Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional
Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania
Ministério da Justiça